



**XX REDOR**

Encontro da Rede Feminista Norte  
e Nordeste de Estudos e Pesquisas  
sobre Mulher e Relações de Gênero

## REESCREVENDO A NOSSA HISTÓRIA: MEMÓRIAS DA ESCRAVIDÃO EM “UM DEFEITO DE COR”

Diana dos Santos Santana

*Universidade Federal Da Bahia*

*[di.santana.fsa@gmail.com](mailto:di.santana.fsa@gmail.com)*

**Resumo:** Devido às sistemáticas tentativas de apagamento do período escravocrata, simultaneamente às tentativas de abrandamento das violências dessa tenebrosa mácula da história da humanidade, há a necessidade de se atentar para os discursos que visem mostrar este lado encoberto. *Um defeito de cor* (2006) se insere nessa perspectiva uma vez que apresenta uma narrativa sobre uma mãe que deixa o registro de suas memórias de quase oitenta anos para o filho. A autora Ana Maria Gonçalves desestabiliza o jogo do poder ao criar uma personagem forte que, apesar de toda a experiência da escravidão, coloca-se no centro da história, narrando os fatos por ela mesma. A visão desse período é deslocada pelo fato de uma escravizada africana contar sua trajetória. Ela busca, a partir de suas memórias, ressignificar o período histórico que foi construído pela versão do colonizador, trazendo à tona séculos de silenciamento. O olhar sobre os mecanismos que regiam a sociedade escravocrata não é mais narrado pela casa-grande, mas sim pela senzala. A narrativa em questão se configura como um importante material de análise política, social e cultural dos povos negros, e, ainda que seja uma obra ficcional, seus personagens refletem todo um contexto de conflitos, anseios pessoais, coletivos e organização social dos afro-brasileiros. Neste trabalho será feito um estudo do livro “Um defeito de cor” com o objetivo de analisar como Ana Maria Gonçalves representa ficcionalmente a Bahia escravagista do século XIX.

Palavras-chave: Literatura afro-brasileira; escravismo; memória.

### Introdução

Este artigo tratará da representação do escravagismo na Bahia do século XIX no livro *Um defeito de cor* da escritora brasileira Ana Maria Gonçalves. A obra, publicada em 2009, transita pelos espaços da história e da memória. A narradora Kehinde relata desde a sua infância em África, sua captura, os horrores da viagem no navio negreiro, seu crescimento diante do cenário da escravidão até a velhice. A autora se inspirou na personagem histórica com status de lenda Luiza Mahin, suposta mãe do poeta abolicionista Luiz Gama, que chegou na Bahia ainda criança como escravizada e após conseguir sua alforria participou de duas importantes revoltas: a Revolta do Malês

(1835) e a Sabinada (1837). Os fatos históricos ocorridos no Brasil colônia permeiam toda a narrativa, configurando-se como cenário nas memórias da protagonista.

Levando em consideração as sistemáticas tentativas de dissimulação da era escravagista, simultaneamente às tentativas de abrandamento das violências desse período, há a necessidade de se atentar para os discursos que visem mostrar este lado encoberto. *Um defeito de cor* se insere nessa perspectiva, uma vez que Ana Maria Gonçalves nos apresenta uma narrativa sobre uma mãe escravizada que deixa o registro de suas memórias de quase oitenta anos para o seu filho. A visão desse período é deslocada



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

pelo fato de uma escravizada africana contar sua trajetória, desestabilizando, assim, o jogo do poder. A personagem principal busca, a partir de suas memórias, ressignificar o período histórico que foi construído em sua grande parte pela versão do colonizador, trazendo à cena séculos de silenciamento. O olhar sobre os mecanismos que regiam a sociedade baiana escravocrata não é mais narrado pela casa-grande, mas sim pela senzala. A narrativa em questão se configura como um importante material de análise política, social e cultural dos povos negros do século XIX, e, ainda que seja uma obra ficcional, seus personagens refletem todo um contexto de conflitos, anseios pessoais, coletivos e organização social dos afro-brasileiros. Por essas razões justifica-se lançar-se sobre a obra de uma escritora negra brasileira que utilizou de uma cuidadosa pesquisa para encenar um Brasil colonial do século XIX.

### A Metaficção historiográfica.

Para uma melhor compreensão do romance *Um defeito de cor* e sua intersecção entre a história e a ficção faz-se necessário mencionar o conceito de metaficção historiográfica. A metaficção historiográfica é caracterizada como o romance ficcional que se respalda em fatos históricos para a construção de sua trama. São romances que utilizam partes da História como elementos da narrativa, mas não possuem, necessariamente, o mesmo comprometimento com o real que uma pesquisa historiográfica oficial teria. A implicação com a realidade não é um pressuposto dessas narrativas. O objetivo principal da metaficção historiográfica é expressar sob a luz do passado que não existe verdade absoluta, mas, sim, discursos ideológicos forjados sob determinados aspectos condicionantes.

A canadense Linda Hutcheon, em seu livro *Poéticas do modernismo: história, teoria, ficção* (1991), compreende os romances

metaficcionais como uma das manifestações resultante do hibridismo entre a história e a ficção pós-moderna e afirma que “na metaficção historiográfica não há nenhuma pretensão de mimese simplista. Em vez disso, a ficção é apresentada como mais um entre os discursos pelos quais elaboramos nossas versões de realidade”. (HUTCHEON, 1991, p. 64). Esta forma discursiva insere a literatura e a história no mesmo campo, portanto, essa relação compartilha de mais pontos em comum do que de diferenças. Ainda segundo a pesquisadora:

As duas obtêm suas forças a partir da verossimilhança, mais do que a partir de qualquer verdade objetiva; as duas são identificadas como construtos linguísticos, altamente convencionalizados em suas formas narrativas, e nada transparentes em termos de linguagem ou de estruturas e parecem ser igualmente intertextuais, desenvolvendo os textos do passado com sua própria textualidade complexa. Mas essas também são os ensinamentos implícitos da metaficção historiográfica. (HUTCHEON, 1991, p.141).

Há a aproximação porque ambas são produtos da linguagem, constituídas de palavras que podem variar e serem manipuladas de acordo com quem as proferem. Hutcheon ainda destaca que na narrativa metaficcional há o desejo de pensar novamente o passado de maneira crítica, “hoje pensar historicamente é pensar crítica e contextualmente”. (p. 122). Em *Um defeito de cor* constatamos essa releitura do passado de maneira crítica. Ana Maria Gonçalves traz o ponto de vista de uma mulher negra escravizada cuja ressignificação se dá por meio de seu texto, evidenciando fatos historicamente construídos unicamente a partir da versão do colonizador, rompendo, assim, séculos de silenciamento.



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

Nesta narrativa metafictional história e ficção estão atreladas, personagens reais e histórias ficcionalizadas se entrecruzam formando a narrativa. A autora destaca na introdução do livro que “*Um defeito de cor* é fruto da serendipidade. Ele não só contém uma história, como também é consequência de uma outra história que, depois de pensar bastante, percebi que não posso deixar de contar”. (GONÇALVES, 2006, p.24). Ela afirma ter encontrado uns manuscritos na Ilha de Itaparica, na Bahia. Neles, estavam contidos a história de uma escravizada. Interessando-se pelo que havia lido, resolveu pesquisar sobre a Revolta dos Malês e escrever o romance. Kehinde, a personagem principal, teria de fato existido com o nome de Luísa Mahim, mãe do grande poeta negro abolicionista Luiz Gama, ou ela é fruto da imaginação fértil do seu filho, que, com o intuito de dignificar a sua trajetória, a criou sob a égide dessa mulher forte que participou das revoltas que não surtiram efeito. Ana maria gonçalves deixa a obra aberta para o leitor interpretar:

[...] esta pode não ser uma simples história, pode não ser uma história de uma anônima, mas sim de uma escrava muito especial, alguém de cuja existência não se tem confirmação, pelo menos até o momento em que escrevo esta introdução. Especula-se que ela pode ser apenas uma lenda, inventada pela necessidade que os escravos tinham em acreditar em heróis, ou, no caso, em heroínas, que apareciam para salvá-los da condição desumana em que viviam. Ou então uma lenda inventada por um filho que tinha lembranças da mãe apenas até os sete anos, idade em que pais e mães são grandes heróis para os filhos. Ainda mais quando observados por mentes espertas e criativas, como era o caso deste filho do qual estou falando, que nasceu livre, foi vendido

ilegalmente como escravo, e mais tarde se tornou um dos primeiros maçons e um dos mais notáveis defensores dos escravos e da abolição da escravatura. Um homem inteligente e batalhador que tendo nascido de uma negra e um fidalgo português que nunca o reconheceu como filho, conseguiu se tornar advogado e passou a vida defendendo aqueles que não tiveram a sorte ou as oportunidades que ele tão bem soube aproveitar. O que você vai ler agora talvez seja a história da mãe deste homem respeitado e admirado pelas maiores inteligências de sua época, como Rui Barbosa, Raul Pompéia e Silvio Romero. Mas também pode não ser. É bom que a dúvida prevaleça até que, pelo estudos do manuscrito, todas as possibilidades sejam descartadas ou confirmadas. (GONÇALVES, P. 16-17).

A narrativa se constitui de um mosaico composto pelo entrelaçamento da história e da ficção, de modo que ela não se figura nem como uma simples compilação de fatos históricos ocorridos no século XIX nem totalmente no plano do literário. Mescladas, história e ficção perdem a possível delimitação entre elas.

### O escravismo na Bahia em *Um defeito de cor*

Kehinde inicia o seu relato contando a sua trajetória. Nascida livre em Savalu, no reino do Daomé, atual Benim, é capturada aos sete anos de idade juntamente com sua irmã gêmea Taiwo; ao saber do que estava acontecendo com suas netas, a avó implora para ser capturada também. Porém as duas morrem na travessia do Atlântico. Chegando na cidade de São Salvador, Kehinde é comprada por José Carlos, um rico fazendeiro explorador de mão de obra escrava, para



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

servir de dama de companhia para a sua filha Maria Clara, a sinhazinha, como kehinde a denomina. “Como instrumento de trabalho, o escravo tem um preço. Como propriedade, tem um valor. Seu trabalho é necessário e usado”. (MBEMBE, 2018, p. 21).

Em seu ensaio denominado *Necropolítica* (2016), Achille Mbembe reformula o termo ao constatar que o conceito de Biopoder cunhado por Michel Foucault é insuficiente para descrever as formas contemporâneas de subjugação da vida ao direito de matar. O intelectual negro camaronês argumenta que qualquer menção ao terror moderno necessita tratar da escravidão e a considera como uma das primeiras instâncias da experimentação biopolítica. Ele afirma que a figura do escravizado representa uma sombra personificada: “a condição de escravo resulta de uma tripla perda: perda de um ‘lar’, perda de direitos sobre seu corpo e perda de status político. Essa perda tripla equivale a dominação absoluta, alienação ao nascer e morte social (expulsão da humanidade de modo geral)”. (MBEMBE, 2016, p. 26).

A encenação do escravagismo ambientado na Bahia tem várias camadas e Ana Maria Gonçalves não poupa o leitor dos detalhes sórdidos, da crueldade e do sadismo que existia na relação desigual entre os senhores escravagistas, cujas fortunas foram constituídas sob o pilar dessa barbárie, e dos escravizados. O leitor é inserido nessa sociedade cruel, desigual, contraditória e violenta principalmente com aqueles que desafiavam desestabilizar as instâncias do poder. É possível ter uma visão ampla de como esse sistema perdurou, sobretudo no século XIX, período onde a obra é ambientada.

Na historiografia oficial os castigos destinados aos escravizados que subverteram a norma vigente são de conhecimento geral, e obviamente, estão inseridos na narrativa. Como, por exemplo, o olho de Verenciana extraído pela sinhá Ana Felipa por ter

descoberto o caso extraconjugal, os estupros cometidos pelos senhores, os açoitamentos, a castração de Lourenço ao tentar impedir que kehinde fosse violentada sexualmente por José Carlos, até a morte de personagens condenados por mãos brancas e executados pelos iguais. Ainda segundo Achille Mbembe:

O escravo, por conseguinte, é mantido vivo, mas em ‘estado de injúria’, em um mundo espectral de horrores, crueldade e profanidades intensos. O sentido violento da vida de um escravo se manifesta pela disposição de seu supervisor em se comportar de forma cruel e descontrolada, e no espetáculo de dor imposto ao corpo de escravo. Violência, aqui, torna-se um elemento inserido na etiqueta, como chicotadas ou tirar a própria vida do escravo: um ato de capricho e pura destruição visando incutir o terror. A vida do escravo, em muitos aspectos, é uma forma de morte em vida. (MBEMBE, 2016, p. 28-29).

A crueldade de Ana Felipa exemplifica perfeitamente esta colocação do pensador, além de arrancar o olho da escravizada, ela guarda-o no bolso para servir em um pote de geléia para José Carlos, mostrando, assim todo o seu sadismo e exaltação do horror. E, apesar de toda repressão, de todas as dificuldades e limitações inerentes à essa vida, alguns personagens experimentam uma certa autonomia, experimentam também mecanismos de negociação, de perspicácia e de conflito. Mbembe também fala sobre essas estratégias de sobrevivência:

Apesar do terror e da reclusão simbólica do escravo, ele ou ela desenvolve compreensões alternativas sobre o tempo, sobre o trabalho e sobre si mesmo. [...] Tratado como se não existisse, exceto como mera ferramenta e instrumento de produção, o



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

escravo, apesar disso, é capaz de extrair de quase qualquer objeto, instrumento, linguagem ou gesto de uma representação, e ainda lapidá-la. Rompendo com sua condição de expatriado e com o puro mundo das coisas, do qual ele ou ela nada mais é do que um fragmento [...]. ( MBEMBE, 2016, p. 30).

A historiadora Kátia Mattoso também discorre sobre os inúmeros processos cujos escravizados eram submetidos até serem transformados em objetos de trabalhos forçados: ele é “capturado, comprado, vendido, hipotecado, alugado, legado, incapaz de diálogo e sem vontade própria – torna-se um animal de carga e gera dúvida sobre se ele possui uma alma imortal, como a igreja lhe reconhece” (MATTOSO, 2003, p.12). Essa objetificação do africano se deu também por via da tentativa de despersonalização, pois, quando chegaram aqui, foram impedidos de exercer seu nome, religião e identidade. As tentativas de invisibilidade de tudo o que diz respeito ao negro se perdurou ao decorrer dos anos.

Em *Um defeito de cor*, a personagem Kehinde, apesar de toda a repressão, utiliza da inventividade e da dissimulação para sobreviver da melhor maneira possível. A sociedade que o Brasil experimentava no século XIX, representada na narrativa, permitia que os escravizados, em meio as dificuldade inerentes à vida no cativeiro, forjassem arranjos de sobrevivência e galgassem posições significativas de autonomia em suas vidas. Kehinde aprendeu a ler e a escrever ainda na infância com um escravizado, Fatumbi, que dava aulas para a Sinhazinha, indo de encontro ao pensamento de seus senhores que achavam que “cabeça de preto mal dava para aprender a falar direito, quanto mais para ler e escrever.” (Gonçalves, 2006, p. 91), a personagem se interessava

mais pelos estudos do que a própria menina a qual era endereçado o ensinamento.

Sua aprendizagem foi clandestina, dissimulada, não podia demonstrar nenhum interesse explícito, afinal, os escravizados que sabiam ler eram mais valiosos no mercado, e isso dificultava a alforria numa possível compra por eles próprios. Mais tarde, quando adulta, Kehinde trabalha numa casa de família inglesa, lá aprende a falar a língua inglesa, aprende também a negociar e a cozinhar seus cookies, a partir daí ganha as ruas e passa a trabalhar como escrava de ganho. Nota-se que alguns escravizados tiveram realmente uma certa autonomia e ocuparam as ruas trabalhando, dividindo o lucro com o seus senhores. A historiadora Gabriela Amorim Nogueira Silva denomina essa mobilidade e considerável independência como “viver por si”:

Nos centros urbanos foi comum a presença de escravos no vai e vem pelos becos, vielas, ruas e ladeiras, participando ativamente da vida comercial dessas cidades. Irradiavam dos cantos diversos ofícios desempenhados pelos conhecidos “escravos de ganho”: pedreiros, carpinas, marceneiros, marceneiros, sapateiros, cozinheiros, alfaiates, calafates, roceiros e até alguns vaqueiros. (Silva, 2018. P. 32)

Evidenciando sempre que essa autonomia e o “viver por si” são colocados entre aspas, não podemos falar em uma total autonomia em um regime que subjogava os negros. Assim como na historiografia oficial, em *Um defeito de cor* é possível notar como os escravizados puderam ter participação no sistema financeiro, possibilitando, assim, ganhar seu próprio sustento e melhorar a qualidade de vida.. Na narrativa, com o dinheiro obtido, Kehinde melhora suas condições econômicas,



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero

compra sua alforria e a do seu filho e faz uma reserva que posteriormente lhe possibilita abrir um negócio próprio. Mas, antes, a sinhá descobre que a escravizada dominava a leitura e a escrita, por isso, sobe o seu valor, encarecendo assim a carta de alforria.

Ao longo de toda a sua vida a personagem se valerá desse jogo do poder para tentar driblar o sistema opressor, já que não era possível se opor com as mesmas armas dos dominadores, apenas restava as artimanhas dos dominados para a sobrevivência diária. Kehinde nunca aceitou ser batizada no cristianismo, sempre cultuou as entidades do seu país de origem, porém, quando se fazia necessário, utilizava seu nome cristão, Luiza. O próprio candomblé é uma religião que faz uso até os dias atuais da dissimulação e astúcia. Por ser uma religião muito perseguida, e ainda o é, vítima de ódio e preconceito, seus praticantes tiveram que encontrar mecanismos de exercer sua fé de maneira que não fossem tão explícitos. Na obra em questão, os escravizados eram proibidos de cultuar os orixás, por isso eles enterravam no chão das senzalas as imagens para que os senhores não soubessem, quando eles queria fazer algum ritual ou prece as desenterravam e após o culto escondiam novamente.

Os orixás também são dissimulados através das imagens dos santos católicos. Kehinde frequenta a festa da Nossa Senhora da Conceição da Praia, onde os brancos dedicavam a festa para Santa Bárbara mas os “escravos fingiam ser Iemanjá, a rainha das águas. (GONÇALVES, 2006 p. 480) A festa era católica, mas os negros estavam nas ruas e comemoravam à maneira da sua religião:

Eles se espalhavam pelos arredores da igreja e, nos lugares mais afastados, arriscavam rodas de batuque e capoeira, embaladas por instrumentos que faziam um som muito bonito. As bandas de barbeiros também na porta da

igreja, várias delas ao mesmo tempo, chamando a atenção do público por causa da animação e da altura com que executavam os números que tinham ensaiado. (GONÇALVES, 2006 P.481).

Ana Maria Gonçalves deixa claro os lugares hierarquizados dentro da igreja católica, apesar de no trecho acima a missa ter chegado ao fim e com isso os negros estavam em festa do lado de fora, os lugares que cada um ocupava na sociedade eram bem demarcados, e na igreja não seria diferente: “os pretos ficavam do lado de fora das igrejas, onde cabiam apenas os brancos”. Para omitir o processo violento que foi a proibição de cultuar os orixás no Brasil, aqui foi difundida e permanece a ideia de sincretismo religioso. O que é desmentido por pensadores como o intelectual negro Abdias Nascimento e por Roger Bastide. Segundo Abdias, o conceito de sincretismo remete a uma troca de influências igualitária em um clima de fraterna compreensão recíproca, mas a realidade é outra:

O sincretismo católico-africano decorre da necessidade que o africano e seu descendente teve de proteger suas crenças religiosas contra as investidas destruidoras da sociedade dominante. As religiões africanas, efetivamente postas fora da lei pelo Brasil oficial, só puderam ser preservadas através do recurso da sincretização. Os escravos se viram assim forçados a cultuar, aparentemente, os deuses estranhos, mas sob o nome dos santos católicos guardaram suas verdadeiras divindades: os orixás (NASCIMENTO, 2017 P. 133).

Não seria possível uma religião oficial enriquecida com o poder dominante mesclar-se em pé de igualdade com a religião do



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisas sobre Mulher e Relações de Gênero.

africano que era perseguida e marginalizada. Os negros utilizaram a dissimulação conseguindo, desta forma, a preservação e continuidade da sua religião. Abdias ainda afirma que o sincretismo se constitui em mais uma das diversas técnicas de resistência cultural afro-brasileira. No Brasil o candomblé permanece até hoje envolto em uma aura de mistério e ocultismo. Enquanto que em África os rituais e sacrifícios são realizados a céu aberto, aqui inclusive dentre os praticantes os cultos são secretos e seus participantes são inseridos gradualmente nos princípios da religião.

A autora Ana Maria Gonçalves descreve com riqueza de detalhes a Bahia do século XIX; suas paisagens, ruas, arquitetura e disposições sociais da época. Na vida urbana muitos escravizados ganhavam as ruas para trabalhar em diversos tipos de trabalhos, grande parte do dinheiro ficava nas mãos dos senhores, o que restava era guardado para assim concretizar a tão desejada alforria. No trecho a seguir Kehinde anda pelo centro de Salvador e nos relata o que ela observa:

Havia as ruas dos tapaceiros, dos barbeiros, dos alfaiates, dos traçadores de palha, dos marceneiros, e andando por elas percebi que havia muito mais alternativas para os homens do que para as mulheres. O trabalho mais comum entre as mulheres era o de vendedora, e elas andavam por toda a cidade equilibrando imensos tabuleiros na cabeça, onde iam os diversos tipos de doces e salgados, frutas, verduras, refrescos, água e aguardente. (GONÇALVES, 2009. p. 242)

É possível identificar dois fatores de tensão de gênero no texto acima; a primeira é que homens sempre tiveram mais oportunidades de trabalho que as mulheres, mesmo no período escravocrata onde homens e mulheres

negros eram vistos de forma semelhantes, destituídos de humanidade, seres apenas para a labuta. A segunda é que as mulheres negras já trabalhavam nas ruas há muito tempo, enquanto que as mulheres brancas reivindicavam espaços para se inserirem no mercado de trabalho, as mulheres negras já o faziam.

Um outro tema trazido pela autora é a relação familiar entre os escravizados. Logo que chegaram na Bahia, algumas mães foram separadas de seus filhos no ato da compra, porém, nas fazendas isso também ocorria. O que faz com que algumas personagens encenadas não quisesse casar e ter filhos. Para não ter que passar por essa dor, algumas escravizadas faziam beberagens, com todo o conhecimento das ervas e plantas medicinais, com o objetivo de evitar engravidar e, quando não era possível, para abortar.

Desta forma, tanto na historiografia, como na obra estudada, observa-se que as relações familiares dessas pessoas não se resumiam a laços consanguíneos, mas sim criava-se laços de irmandade com outros negros que enfrentavam a mesma dor. Podemos trazer como exemplo os malungos, denominação dos africanos que foram sequestrados em África e trazidos na mesma embarcação, criava-se uma relação de amizade e companheirismo.

### Conclusão

As identidades forjadas na sociedade escravocrata são marcadas sob o signo da violência, isso resulta em diversas formas de silenciamento e apagamento dos afrodescendentes. No entanto, contemporaneamente, há uma série de discursos preocupados em completar essas lacunas, retrair e reescrever a história dos negros escravizados. Ana Maria Gonçalves se adequa a este perfil ao criar uma personagem que narra o seu percurso de quase oitenta anos, colocando, assim, o leitor diante de um



## XX REDOR

Encontro da Rede Feminista Norte  
e Nordeste de Estudos e Pesquisas  
sobre Mulher e Relações de Gênero

local “privilegiado” para se entender o ser uma mulher negra escrava na Bahia nas primeiras décadas dos anos 1800, as violências físicas e simbólicas, estupros e a negação ao direito de existir enquanto ser humano. Ana Maria Gonçalves representa em seu texto uma sociedade cruel, violenta e desigual, onde quem desafiava o poder era duramente punido, mas que, mesmo apesar de todo o sofrimento imposto, os personagens não se deixavam abater e usavam a criatividade para sobreviver a toda essa hostilidade.

### Referências

HUTCHEON, Linda. **Poética do pós-modernismo**. Tradução Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

GONÇALVES, Ana Maria. **Um defeito de cor**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. tradução Renata Santini. 2. Ed. São Paulo: N-1 edições, 2018.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. 2. Ed. São Paulo: Perspectiva, 2017.

SILVA, Gabriela Amorim Nogueira. Escravos que viviam por si. In: **Bahia: escravidão, pós-abolição e comunidades quilombolas**. PIRES, Maria de Fátima Novaes; SANTANA, Napoliana Pereira; SANTOS, Paulo Henrique Duque. (orgs). Salvador: Edufba, 2018.